



7

ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO

A otimização da participação das crianças envolve um novo formato do mundo adulto. Requer que os adultos ouçam as sugestões da criança e dêem espaço para sua realização. Significa que as crianças sejam estimuladas a desenvolver e aprimorar suas competências, e que coloquem em prática valores democráticos. Depende da possibilidade de compartilhar com os adultos controle, poder, tomadas de decisão e informações.

Porém, qual é a probabilidade de que o mundo adulto esteja pronto para abraçar o ideal da participação infantil, e ainda levar em consideração as opiniões das crianças? É maior do que já foi – mas não tão grande quanto seria necessário.

As crianças sofrem discriminação simplesmente por serem crianças. A prova é o fato de que em muitos países a lei ainda permite bater em crianças. Continua amplamente difundida a crença de que ‘um tapinha’ é um recurso implícito, até mesmo necessário, na disciplina que os pais devem ensinar às crianças. Uma pesquisa de opinião realizada pelo UNICEF em 35 países da Europa e da Ásia Central constatou que seis em cada dez crianças são vítimas de violência ou de

comportamento agressivo dentro de suas famílias.⁶⁹

A discriminação é vista também em muitas outras instâncias – por exemplo, na falta de acesso para que a criança possa influenciar os meios de comunicação (*ver Destaque 7, ‘Crianças e os meios de comunicação’, página 58*); e na falta de acesso das crianças a informações vitais para seu desenvolvimento e para suas habilidades, de modo que possam participar do mundo com sucesso.

Acesso a informações

Para que as crianças tenham voz, precisam ter acesso a informações oportunas e compreensíveis tendo em vista seu estágio de desenvolvimento intelectual particular. Crianças buscam informações desde o momento do nascimento.⁷⁰ O objetivo da estimulação precoce é despertar a mente da criança para a construção de mecanismos para a integração dos sinais recebidos desde o nascimento, e para ajudar a ‘fixar’ no cérebro, desde cedo, a habilidade de aprender. Além disso, o processo de educação visa fornecer à criança

Asiata Baâlla, jovem marroquina de 12 anos de idade, tirou esta fotografia de duas meninas pequenas.

Marrocos/ "Imagine – suas fotos podem abrir meus olhos"/GTZ/2002

informações para entender e manipular seu meio ambiente, e participar dele.

Em muitas situações, o acesso a informações é uma questão de sobrevivência, ainda com maior urgência hoje em dia, em meio a uma pandemia de HIV/AIDS. Conceitos errôneos e ignorância sobre a doença são extremamente comuns entre os jovens. Os conceitos errôneos variam de uma cultura para outra, e, em meio a certas populações, boatos são aceitos como verdade, tanto sobre os meios de transmissão do HIV (por picada de mosquito ou por bruxaria, por exemplo) como de que maneira pode ser evitado (por exemplo, comendo peixe). Pesquisas realizadas em 40 países indicaram que mais de 50% dos jovens entre 15 e 24 anos de idade convivem com grave desinformação sobre os meios de transmissão do HIV.

Em meio a esta pandemia, uma educação básica de boa qualidade para todas as crianças – que ofereça informações seguras sobre sexualidade e HIV, que construa auto-estima e habilidades de tomada de decisão, e que dê à criança as informações necessárias para que possa se proteger – é essencial para salvar vidas ameaçadas pela ignorância e pelo medo que cerca a doença.

Talvez o aspecto mais importante com relação ao acesso a informações seja a capacitação que permite àqueles que têm esse acesso. O acesso à informação contribui para todo o processo de desenvolvimento protegido pela Convenção, e é um fator crítico tanto para a transição da criança para a idade adulta quanto para seu desenvolvi-

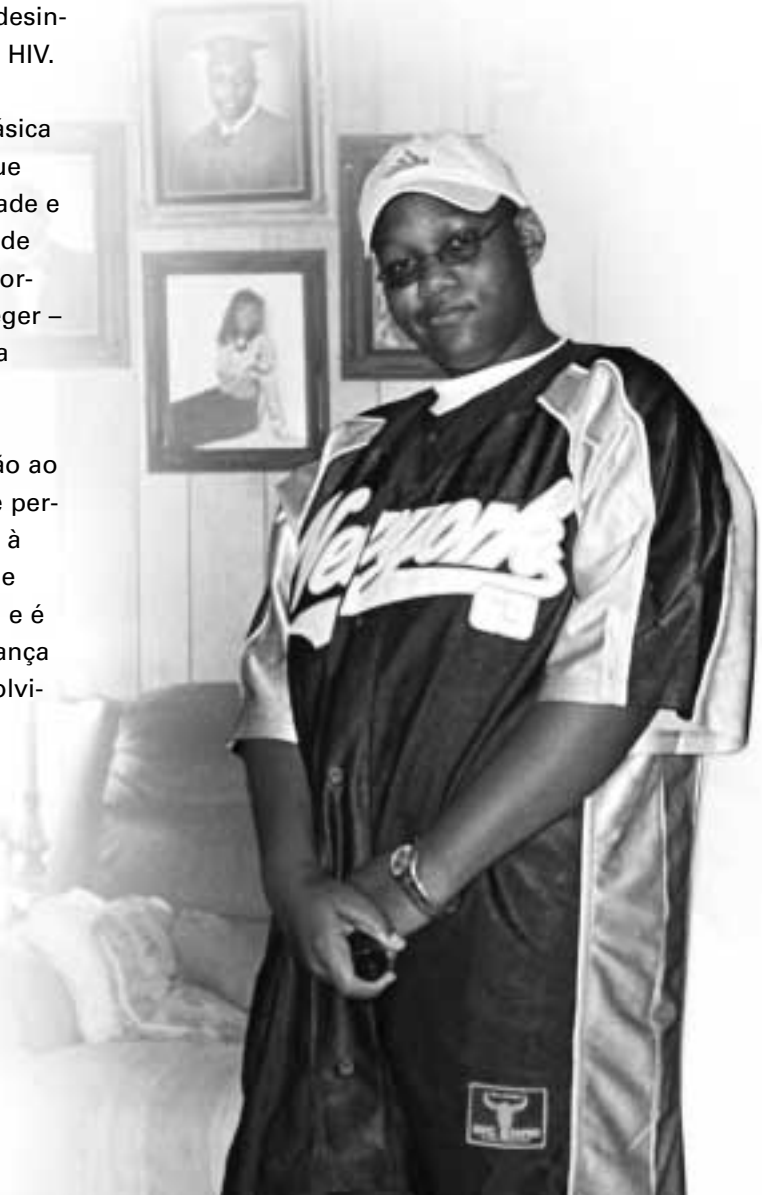
mento social para atuar plenamente como membro de sua comunidade.

Parlamentos da criança

No cenário nacional, crianças e jovens são virtualmente invisíveis em termos de políticas públicas e manifestação de opiniões. Mesmo nas sociedades mais saudáveis, administradas tendo em vista o interesse dos eleitores, as crianças tendem a ser marginalizadas – na presunção de que seus pais falem por elas. Nicole Fontaine, ex-Presidente do Parlamento Europeu, concluiu: "A relativa invisibilidade da experiência e da compreensão das próprias crianças, que são recursos únicos, em todos os principais fóruns

Jonathan Bronner, de 12 anos de idade, posa para um auto-retrato em sua casa em Moundbayou, Mississippi, Estados Unidos.

Jonathan Bronner/Kemetic Institute/Estados Unidos/2002



legislativos e de formulação de políticas serviu para produzir políticas que discriminam as crianças. Em nenhum setor isso se torna mais evidente do que no campo de políticas econômicas, onde a falta de consideração ativa da situação das crianças produziu um crescimento inadmissível da pobreza infantil por toda a União Européia." ⁷¹

Uma solução são os parlamentos de crianças, cujo número vem crescendo rapidamente, representando uma resposta positiva às necessidades de ouvir as crianças e de promover a cidadania democrática. Talvez por este último motivo haja um entusiasmo particular e estimulante com relação aos parlamentos em nações que acabaram de se tornar regimes democráticos, como Geórgia, República da Moldova, Eslovênia – e Timor Leste, onde um parlamento estudantil reuniu-se em maio de 2002, apenas alguns dias antes da independência, para poder apresentar recomendações ao novo Governo (*ver Destaque 5, 'Construindo nações', página 40*).

Na Albânia, em 2000, parlamentos regionais de jovens iniciaram projetos-piloto nas prefeituras de Shkodër e Gjirokastër, replicados em 2001 em outras quatro áreas, e que, no final de 2002, cobrirão 80% da Albânia. Os parlamentos são eleitos a cada dois anos e reúnem-se quinzenalmente. Todas as assembleias regionais são realizadas na capital, Tirana, em sessões anuais, nas quais são levantadas preocupações básicas com relação aos parlamentares adultos do país. Uma de suas iniciativas mais recentes foi uma campanha contra a prospecção de petróleo nas regiões pantanosas ambientalmente importantes de Nartes.⁷²

Inevitavelmente, há grandes diferenças nas formas de organização dos parlamentos de

crianças. Nenhum deles tem poderes para formular legislações, o que poderia caracterizá-los como algo mais do que um fórum consultivo que fornece recomendações para os governos. Nenhum deles é constituído por eleição direta com a participação de todas as crianças, embora algumas vezes delegados saiam do sistema escolar público, e possam ter sido eleitos por seus colegas. Em outros exemplos, jovens reúnem-se em um único dia para discutir questões atuais sem que haja preparação, treinamento ou acompanhamento.

Entretanto, outros parlamentos de crianças são estabelecidos e organizados de maneira mais cuidadosa. Na Tailândia, por exemplo, mais de 200 representantes jovens, inclusive crianças portadoras de deficiências, de escolas de todas as 76 províncias, reuniram-se durante três dias para participar do Parlamento Nacional de Jovens 2002. Por meio de processos participativos democráticos, diversas questões foram identificadas, compartilhadas e debatidas, contando com participação ativa e apaixonada. Quando seu relatório foi apresentado na reunião do Ministério, no dia 22 de janeiro, a participação dos jovens foi adotada como política governamental.

Na Irlanda, o *Dáil na nÓg* – que se reuniu pela primeira vez em setembro de 2001 – foi solicitado especificamente pelos jovens durante as consultas realizadas para a formulação da nova Estratégia Nacional de Crianças. Um das metas principais da estratégia é que "crianças terão voz". O Governo manteve sua palavra por meio da aplicação de recursos: em março de 2002, anunciou a liberação de 2.500 euros para cada cidade e cada condado na Irlanda para a criação de conselhos de crianças. Cada conselho discutirá questões locais e elegerá membros do Parlamento Nacional. Mary Hanafin, Ministra das

Crianças, prometeu que este não será um exercício vazio: "*Dáil na nÓg* não é apenas um dia na Câmara de Dublin em que as crianças reclamam e os políticos fingem ouvir. Temos um compromisso claro: as idéias e opiniões manifestadas em cada *Dáil na nÓg* serão levadas em consideração nas políticas governamentais. O mesmo acontecerá com os conselhos locais de crianças em todo o país."⁷⁴

Na Jordânia, onde o processo de eleição para o Parlamento de Crianças é particularmente rigoroso, os estudantes elegem representantes – cerca de 3.500 – que participam de 18 conferências distintas no nível do governo sobre questões que afetam suas vidas. Estes, por sua vez, elegem 350 crianças para assistir uma conferência nacional, que desenvolve um programa de trabalho para o parlamento de crianças, e, em seguida, elegem seus 120 membros. Assim como os parlamentares adultos, os membros eleitos têm um mandato de vários anos.⁷⁵

Há uma linha que une todos os parlamentos de jovens, apesar das diferenças entre eles e dos alcances diversos de sua influência sobre as políticas em cada momento: todos eles ampliam a participação infantil e introduzem jovens nos trabalhos de um governo democrático.

Na Geórgia, por exemplo, os jovens que participavam do Parlamento de Crianças e Jovens tiveram grande sucesso no lançamento de um movimento anti-corrupção e de uma série de programas de discussão, pela televisão, sobre questões que afetam jovens georgianos. No entanto, o impacto mais significativo do Parlamento foi sobre cada participante. De acordo com Badri Papava, um dos parlamentares, "Ninguém sabe como será o futuro, talvez alguns continuem com a política, outros escolherão uma esfera de trabalho

diferente, mas estes jovens utilizarão a experiência adquirida durante estes dois anos."

Tamar Janikashvili, Vice Presidente do Congresso, explicou: "A Geórgia educou crianças que querem participar do gerenciamento do país e que se importam com o que acontece na Geórgia."⁷⁶

Riscos da participação de crianças

Apesar de exemplos positivos, existem alguns riscos associados à participação de jovens, e assim como os adultos, as crianças precisam estar conscientes disso. Em encontros públicos, crianças podem ser tratadas como decoração, como emblemas de participação infantil; podem ser tratadas como se fossem representantes de seus pares, quando na verdade não o são; adolescentes podem ser convidados a falar em nome de crianças, quando, de fato, já estão mais perto dos adultos. Por meio da participação freqüente em encontros internacionais, podem tornar-se parte de uma nova elite, e perder a confiança dos grupos que os nomearam.

Existem outros perigos ainda mais graves. Embora o ativismo político para adolescentes em países relativamente estáveis possa representar um estágio desejável na aprendizagem de práticas de democracia, em alguns contextos sociais e políticos estimular crianças e adolescentes a manifestar opiniões pode expô-los a riscos ainda maiores.⁷⁷ Não se deve pretender que crianças desempenhem papéis de liderança no confronto com autoridades públicas repressoras; em sociedades nas quais é perigoso que até mesmo seus pais manifestem suas opiniões, as crianças não devem ser atiradas no meio de relações pouco amistosas.

Em algumas situações de conflito, a participação das crianças torna-se cada vez mais importante.

Pensar nas crianças como vítimas indefesas, dependentes dos adultos, em situações como conflitos armados não é necessariamente a melhor maneira para ajudá-las a enfrentar essas dificuldades. Evidentemente, algumas crianças ficam profundamente traumatizadas por suas experiências, e precisam de cuidados especializados. Entretanto, é importante reconhecer que muitas vezes as crianças podem contribuir significativamente para sua própria proteção. Além disso, as crianças nem sempre encaram as adversidades da mesma forma que os adultos – de modo que se suas opiniões não forem ativamente ouvidas e levadas em consideração, ações bem intencionadas podem ser inadequadas ou até mesmo prejudiciais.⁷⁸

Ouvindo a criança a respeito da paz

Em conflitos de longa duração, as crianças frequentemente têm muito a oferecer para a construção de pontes e o desenvolvimento da paz. Por exemplo, em meio ao conflito na região sul do Sudão, aparentemente insolúvel, a programação do UNICEF foi influenciada pela opinião de crianças. Em novembro de 1999, 37 crianças e adolescentes de diferentes grupos étnicos de toda a região sul do Sudão reuniram-se para uma conferência na qual elaboraram, em linhas gerais, uma saída para alcançar a paz por meio da educação. Sua visão influenciou significativamente o desenvolvimento subsequente do programa do UNICEF na região sul do Sudão.⁷⁹

Da mesma forma, em uma conferência realizada em julho de 2000 sobre soldados infantis na região sul do Sudão, crianças e jovens desempenharam papel importante, ao lado de pais, professores, chefes tradicionais, padres e líderes espirituais, ONGs, autoridades civis e militares,

no desenvolvimento de planos de ação para o futuro. Por exemplo, ex-crianças-soldados afirmaram que não voltariam para o exército, mas que continuariam seus estudos. Estudantes disseram que gostariam de ficar na escola, e pediram que jogos e esportes fossem introduzidos como atividades extracurriculares.⁸⁰

No Sri Lanka, o trabalho do Save the Children (Noruega), juntamente com seu parceiro local, ESCO – Eastern Self-Reliant and Community Awakening Organization (Organização Oriental de Autoconfiança e Conscientização da Comunidade) também demonstrou que a participação das crianças em zonas de conflito realmente pode ajudar a protegê-las. Crianças do vilarejo de Tamil, em Sivanthivu, por exemplo, viviam em uma área ‘cinzenta’ que não era controlada nem pelas forças do governo nem pelo grupo denominado Tigres de Libertação de Tamil Eelam (Liberation Tigers of Tamil Eelam – LTTE). Em uma das primeiras ações de seu novo Clube das Crianças, elas questionaram a decisão do comandante local do exército de Sri Lanka, que determinou que fosse bloqueada a estrada que levava ao vilarejo. Este bloqueio efetivamente impediu o acesso das crianças que iam de ônibus para a escola de Valachchenai, vilarejo vizinho; se fossem a pé ou de bicicleta, as crianças corriam o risco de serem importunadas pelos soldados. Uma vez que os esforços anteriores feitos pelos moradores do vilarejo não tiveram sucesso, o Clube das Crianças fez uma petição com as assinaturas de todos os moradores de Sivanthivu. Agentes de ONGs apresentaram a petição e empenharam-se para conseguir que a questão fosse tratada em um nível superior do exército. A estrada foi devidamente reaberta e desde então o ônibus nunca mais deixou de ir até o vilarejo.⁸¹